

## FICÇÃO E HISTÓRIA EM A MÁQUINA DE FAZER ESPANHÓIS

Prof<sup>ª</sup>. Ma. Leila Cunha Raposo<sup>1</sup> (IFBAIANO)

### **Resumo:**

Objetivamos discutir as relações entre ficção e história presentes em **a máquina de fazer espanhóis**, de Valter Hugo Mãe (2011), observando nesse romance a representação dos mitos fundadores do homem estadonovista e, conseqüentemente, dos contextos salazarista e contemporâneo. Esta pesquisa, de cunho eminentemente bibliográfico, fundamenta-se nos aportes de Fernando Rosas (2001), quanto ao comparativo entre a análise do homem estadonovista, feita por Rosas, e as representações desse homem no romance de Mãe. Como resultados mais relevantes, afirma-se a possibilidade de delinear o contexto histórico do salazarismo nessa ficção de Mãe e, conseqüentemente, apresentam-se alguns dos desdobramentos do período ditatorial na construção identitária portuguesa e a sua relação com a contemporaneidade em Portugal.

**Palavras-chave:** Literatura e História, Identidade, Literatura Portuguesa Contemporânea.

## 1 Introdução

Esse estudo objetiva discutir as relações entre ficção e história no romance **a máquina de fazer espanhóis** (2011), de Valter Hugo Mãe, problematizando-se como as memórias nele apresentadas permitem refletir sobre o contexto sócio-histórico e cultural contemporâneo de Portugal. Trata-se de verificar que Silva, o narrador protagonista do romance em foco, ao rever a realidade portuguesa vivenciada durante a ditadura de Salazar, questiona certa tradição do imaginário social português e desvela as relações de poder como fundamentos dessa tradição. Para tanto, apresenta-se uma análise que correlaciona o artigo “O salazarismo e o homem novo”, do historiador português Fernando Rosas (2001) ao romance de Mãe.

Lançado em Portugal no ano de 2010, o romance em estudo tem em António Jorge Silva, um senhor de 84 anos, o referido narrador-personagem que, na abertura do enredo, encontra-se angustiado em um hospital, à espera de notícias de Laura – sua companheira por 54 anos. Informado, por fim, que sua esposa falecera, à dor do octogenário soma-se a insegurança e rancor de ser levado para um asilo por intermédio de sua filha. Esses sentimentos vividos na velhice suscitam lembranças de um tempo passado, no qual outros sofrimentos também foram intensamente sentidos em razão do período da ditadura salazarista. Assim, a partir do relato memorialístico ficcional, cujo enredo inter-relaciona literatura, história e memória, António Silva revisita de modo questionador a história lusitana.

## 2 O homem estadonovista e “a máquina de fazer espanhóis”

António Silva, ao vivenciar as necessidades do seu novo presente – sem a esposa e num asilo – volta-se às muitas dificuldades que teve no passado e relembra o quanto foi doloroso construir sua vida em Portugal durante o Estado Novo. Influenciado pelas perdas consecutivas que sofre, observa de modo pessimista a sua realidade, sem perspectivas, e atribui isso à época manipulada por Salazar e pela Igreja. Na formação social e identitária nacional portuguesa, muitos símbolos foram apresentados e consagrados como ídolos, a exemplo de Amália Rodrigues, a cantora dos fados de Portugal, ou mesmo a imagem de nação gloriosa que se fortaleceu através do time de futebol Benfica. Em sua narração, Silva analisa o impacto desses ícones na vida e na memória dos portugueses e os delinea como mais um instrumento de manipulação, uma forma de desviar a atenção do povo das questões políticas para impor às pessoas a

imagem de uma nação ordeira e pacífica, em cujo cenário importava ser um homem de bem. Não por acaso, Silva inicia a narração afirmando:

somos bons homens. não digo que sejamos assim uns tolos, sem a robustez necessária, uma certa resistência para as dificuldades, nada disso, somos genuinamente bons homens e ainda conservamos uma ingênua vontade de como tal sermos vistos, honestos e trabalhadores (p.11) <sup>1</sup>.

Nessa passagem é possível observar que o protagonista, desde o início da narrativa, problematiza características culturais de seu país, como, por exemplo, a noção de que os portugueses devem ser bons homens, ordeiros e pacíficos, obedecendo, assim, ao que fora ensinado na ditadura salazarista, quando o líder político assumia a função de pai do povo e ordenava o bem comum, a responsabilidade dos cidadãos em agirem em nome da pátria e se conformarem com a condição ditatorial. Salienta-se que esse fragmento citado está no primeiro capítulo, que é intitulado “o fascismo dos bons homens”. O próprio título já indicia a problematização acerca do salazarismo, visto que os portugueses são culturalmente conhecidos por serem pacíficos – imagem que fora vendida e construída durante o período salazarista – e a palavra fascismo denota um regime nacionalista e ditatorial, caracterizado pelo cerceamento da liberdade dos cidadãos.

Para o historiador português Fernando Rosas (2001), durante o Estado Novo, houve a tentativa, por parte do governo, de construir um novo homem, o homem estadonovista, com um pensamento calcado na inter-relação entre o Estado e a Igreja:

[...] o salazarismo neste período da sua história, assente numa certa ideia mítica de nação e de interesse nacional, tentou, também ele, ‘resgatar as almas’ dos portugueses, integrá-los, sob a orientação unívoca de organismos estatais de orientação ideológica, ‘no pensamento moral que dirige a Nação’, ‘educar politicamente o povo português’ num contexto de rigorosa unicidade ideológica e política definida e aplicada pelos aparelhos de propaganda e inculcação do regime e de acordo com o ideário da revolução nacional. Neste contexto, sustenta-se a ideia de que o Estado Novo, à semelhança de outros regimes fascistas ou fascizantes da Europa, alimentou e procurou executar, a partir de órgãos do Estado especialmente criados para o efeito, um projecto totalizante de reeducação dos ‘espíritos’, de criação de um novo tipo de portugueses e de portugueses regenerados pelo ideário genuinamente nacional de que o regime se considerava portador (ROSAS, 2001, p. 1032).

A afirmação de Rosas acerca do projeto ideológico do salazarismo confirma o discurso de Silva em relação à subjugação dos portugueses durante esse período político. Ademais, essa criação de tipos de portugueses referenciada por Rosas alude à imagem dos “bons homens” que Silva ressalta. Para o historiador, o projeto político do Estado Novo era o de firmar “uma ideia mítica de ‘essencialidade portuguesa’, transtemporal e transclassista [...] e a partir da qual se tratava de ‘reeducar’ os portugueses” (ROSAS, 2001, p. 1034). Desse modo, baseado na ideia de educação direcionada para a essência do povo português, esse discurso foi construído a partir de alguns mitos ideológicos fundadores. Rosas concentra sua análise em sete mitos, a saber: mito palingenético, mito do novo nacionalismo, mito imperial, mito da ruralidade, mito da pobreza honrada, mito da ordem corporativa e, por fim, mito da essência católica da unidade nacional. A esse estudo, interessa analisar de modo mais detalhado alguns desses mitos e observar como eles são representados e discutidos por Silva na sua narração.

Ainda que o narrador concentre suas memórias a partir do ano de 1950, é preciso salientar que o Estado Novo foi implantado em Portugal em 1933 e durou 41 anos, nos quais

---

<sup>1</sup>MÃE, valter hugo. **a máquina de fazer espanhóis**. São Paulo: Cosac Naify, 2011, p.13 – registra-se que o autor não utiliza, na maioria das vezes, letras maiúsculas em seu texto. Todas as demais citações foram retiradas dessa edição, passando-se apenas a indicar o número das respectivas páginas.

durante a maior parte do tempo quem esteve no comando do governo foi António de Oliveira Salazar. Mais precisamente, Salazar governou até o ano de 1968 e, posteriormente, foi substituído por Marcello Caetano. Entretanto, a narrativa de Silva enfoca de modo mais incisivo o período governado por Salazar e, foi durante o mandato dele que os mitos ideológicos fundadores do Estado Novo foram implantados e divulgados como verdades essenciais para os portugueses.

Segundo Rosas (2001), o mito palingenético é o primeiro sobre o qual se funda o discurso do Salazarismo, dada a necessidade de implantar a ideia de recomeço, de “renascença portuguesa”, em virtude do contexto histórico. Era preciso suplantar “a ‘decadência nacional’ precipitada por mais de cem anos de liberalismo monárquico e do seu paroxismo republicanista” (p. 1034). Desse modo, o primeiro mito fica intrinsecamente ligado ao segundo – do novo nacionalismo – em função de ser preciso resgatar a noção do nacionalismo mítico:

O Estado Novo surgia, assim, como a institucionalização do destino nacional, a materialização política no século XX de uma essencialidade histórica portuguesa mítica. Por isso, ele cumpria-se, não se discutia, discuti-lo era discutir a nação. O célebre *slogan* ‘Tudo pela Nação, nada contra a Nação’ resume, no essencial, este mito providencialista (ROSAS, 2001, p.1034).

A partir da narrativa de Silva, observa-se o modo como esses dois mitos foram inculcados aos portugueses, e de tal modo foi eficaz que, mesmo após dezessete anos de Salazarismo, em 1950, o povo ainda vacilava entre ver o regime como um sistema de repressão e manipulações ou acreditar que realmente era benéfico para a população:

mas em mil novecentos e cinqüenta as coisas não estavam ainda tão definidas, é isso que tento dizer. o certo e o errado eram difíceis de discernir. pois o Benfica ainda não se fizera glorioso, nem salazar parecia ainda o estupor que o povo pudesse reconhecer cabalmente. não sabíamos nada (p. 82).

A indecisão dos portugueses representada nas memórias do protagonista traduz-se também, muitas vezes, em aceitação ao nacionalismo, visto que ele era ensinado na escola de acordo com os valores estadonovistas, como lembra o octogenário: “quando as crianças daquele tempo estudavam lá la ri lá lá ela ele eles elas alto altar altura lusitos lusitas viva salazar viva Salazar, toda a gente achava que se estudava assim por bem” (p.82). Desse modo, com base nos valores nacionalistas ensinados, o protagonista ressalta que havia a crença “num país que se punha de orgulhos e valentias” (p.82) e essa crença estava ligada também ao quarto mito estudado por Rosas, o da ruralidade, que visava a valorização da terra, a afirmação de Portugal como um país agrário e a divulgação de uma visão telúrica, na qual o homem estava essencialmente ligado à sua terra.

Ainda que o mito da ruralidade não esteja totalmente representado no romance de Mãe, visto que a trama se direciona para uma vivência mais urbana, ele é fundamental para a compreensão de um dos aspectos mais criticados por Silva: a conformação dos portugueses com a pobreza. Isso porque o mito da ruralidade, ao mesmo tempo em que reafirmava o caráter essencialmente agrário de Portugal, representava também uma oposição à industrialização e a modernização do país.

Se, por um lado, a terra era vista como “a primeira e a principal fonte da riqueza possível, o caminho da ordem e da harmonia social, o tal berço das virtudes pátrias” (ROSAS, 2001, p.1053), por outro, isso representava “um discurso [...] de crítica à industrialização, de desconfiança da técnica, de crítica da urbanização e da proletarização, ou seja, de fundamentação de [...] uma vocação rural da nação” (ROSAS, 2001, p.1053). Portanto, a vocação rural determinaria a pobreza do país e embasaria o quinto mito analisado pelo historiador português:

[...] **o mito da pobreza honrada, o mito da ‘aurea mediocritas’**, um país essencial e incontornavelmente pobre devido ao seu destino rural, no qual, como dizia António Ferro, ‘a ausência de ambições doentias’ e disruptoras de promoção social, a conformidade de cada um com o seu destino, o ser pobre mas honrado, pautavam o supremo desiderato salazaristado ‘viver habitualmente’, paradigma da felicidade possível. E, portanto, para usar uma expressão do próprio chefe do governo, ‘uma vocação de pobreza’ (ROSAS, 2001, p.1053).

Esse mito é representado por António Silva como a aceitação e conformidade do povo português com a pobreza: “se aguentava a pobreza com uma paciência endurecida” (p.82). Trata-se de um dos pontos mais veementemente criticados pelo narrador, que também revela como o governo se apropriou de alguns ícones portugueses a fim de que modelassem e reforçassem junto ao povo a noção de pobreza honrada. Em determinada passagem, o protagonista refere-se ao discurso da cantora de fados Amélia Rodrigues: “não é desgraça ser pobre, punha-se a amália a dizer, e que numa casa portuguesa há pão e vinho e um conforto pobrezinho e fartura de carinho” (p.134). Observa-se que o diminutivo é usado para atenuar a noção de pobreza, como a suavizar o fato de que o conforto era parco, mas que excedia o afeto na casa portuguesa, como a referenciar a ênfase em uma vivência pacífica, baseada na importância do coletivo. Nessa passagem da trama, destaca-se também que os alimentos postos à mesa, o pão e o vinho, reforçam o mito da ruralidade, enfatizando a inter-relação com a pobreza honrada.

Ademais, esse mito da pobreza também está relacionado aos dois últimos analisados por Rosas: o da ordem corporativa e o da essência católica da unidade nacional. A aceitação da pobreza impôs um processo de resiliência, no qual o português teve que aprender a lidar com essa condição financeira de penúrias, que se torna condição nacional. Logo, o mito da ordem corporativa valoriza a coletividade e a noção de que cada um é responsável pelo bem-estar do coletivo. Silva, em sua narrativa, assim representa a sensação de responsabilidade coletiva:

havia uma decência, com um tanto de massacre, sem dúvida, mas uma decência que criava um porreirismo fiável que incutia em todos um respeito inegável pelo coletivo, porque estávamos comprometidos em sociedade, por todos os lados cercados pela ideia de sacrifício, pela crença de que o sacrifício nos levaria à candura e de que a pureza era possível. Íamos ser todos dignos da cabeça aos pés. Tínhamos ainda palavra de honra (p.82).

Por sua vez, o mito da essência católica também se erige a partir da conformação com a pobreza e a preocupação com o coletivo. Para Rosas:

O sétimo e último, **o mito da essência católica da identidade nacional**, entendia a religião católica como elemento constitutivo do ser português, como atributo definidor da própria nacionalidade e da sua história. [...] Esclarecia ainda Carneiro Pacheco na sequência deste raciocínio: ‘Uma coisa é a separação do Estado e da Igreja que a Constituição de 1933 mantém, outra o espírito laico que é contrário à Constituição, à ordem social, à família e à própria natureza humana. Muito pior do que a treva do analfabetismo num coração puro é a instrução materialista e pagã que asfixia as melhores inclinações’. Portanto, e finalmente, uma vocação religiosa, cristã e católica da nação portuguesa (ROSAS, 2011, p.1036).

A relação entre o Estado e a Igreja consagra Portugal como um país essencialmente católico e, no romance de Mãe, isso é representado e problematizado, de modo mais precípuo, pela referência à Nossa Senhora de Fátima. O protagonista estabelece com a imagem dessa santa uma relação de repulsa e humanização, a qual será analisada de modo mais específico ao longo desse estudo. Entretanto, não é somente a alusão à santa que chama a atenção, pois Silva questiona também o modo como o

relacionamento entre o Estado e a Igreja diretamente afetaram a educação portuguesa, promovendo uma aprendizagem que, na verdade, deseducou os portugueses, pois os tornava “cegos” para os abusos cometidos no governo de Salazar:

[...] toda a gente achava que se estudava assim por bem, e rezava-se na escola para que deus e a nossa senhora e aquele séquito de santinhos e santinhas pairassem sobre a cabeça de uma cidadania temente e tão bem comportada. assim se aguentava a pobreza com uma paciência endurecida; porque éramos todos muito robustos, na verdade, que povo robusto o nosso, a atravessar aquele deserto de liberdade que nunca mais acabava mas que também não saberíamos ainda contestar (p. 82).

Explicita-se, que a manipulação em torno dos portugueses foi tão enfática que originou o sentimento geral de comodidade e aceitação, dificultando, assim, que contestassem essa situação. Em outro trecho da narrativa, durante uma conversa com os seus companheiros de asilo, Cristiano Silva, que a essa altura também já está no Lar da Feliz Idade, comenta:

é muito difícil tirarmos das ideias a educação que nos deram de crianças. Podemos ser todos inteligentes como super-homens, adultos feitos à maneira e pensantes livremente, mas a educação que nos dão em criança tem amarras para a vida inteira e, discretamente, aqui e acolá os tiques fascistas hão de vir ao de cima. já nem nos damos conta (p. 90-91).

No trecho citado, Cristiano referencia as amarras que regem os portugueses em virtude da educação que tiveram, com orientações fascistas, e o modo como isso interferiu no processo de resistência ao salazarismo, visto que sempre aprenderam a obedecer, a não contestar as diretrizes do Estado Novo. E esse foi, por certo, um dos mais importantes modos de controlar os portugueses e impingir-lhes a censura, cercear-lhes a liberdade. Não apenas porque a polícia portuguesa a tudo controlava, mas também porque a noção de coletividade e responsabilidade social construída levava os portugueses a se vigiarem e denunciarem aqueles que se posicionavam de modo contrário ao governo. A esse cenário de muita opressão imposta pelo regime, as memórias do protagonista levam-no a revisitá-lo, questioná-lo e debatê-lo, observando também o modo como esse passado contingenciou a dura realidade contemporânea em Portugal. Dessa forma, a rememoração da história portuguesa ou, de modo mais específico, do salazarismo, torna-se elemento essencial para a reconfiguração dessas memórias, propiciando uma problematização das angústias do tempo presente em virtude dos sofrimentos do tempo passado.

## **Conclusão**

Discutir a relação ficcional e histórica com base em alguns fatos históricos representados no romance implica observar a trajetória de um país que já tivera planos de ser um grandioso império, que conquistara e colonizara terras além-mar, mas que não conseguira manter toda a sua imponência e, por isso, voltou-se aos caminhos interiores da terra portuguesa. Desse modo, quando o Estado Novo surgiu com a sua imposição cultural e o projeto de construir o homem estadonovista, foi preciso direcionar o discurso ao que era mais caro aos portugueses: o nacionalismo. Entretanto, logo veio aos portugueses a percepção de que a condução nacionalista era também fascista e, ao fim de quarenta e um anos, a Revolução dos Cravos trouxe, dois anos após o movimento militar, a democracia de volta aos portugueses. Nesse tempo, era preciso então pensar novamente a nação.

Lançado em Portugal trinta e seis anos após o 25 de abril de 1974, **a máquina de fazer espanhóis** retoma questionamentos acerca da situação portuguesa, contudo, de modo mais veemente, apresenta uma memória agonizante, pessimista, como se já fosse tarde demais para as respostas esperadas.

De modo enfático, a narração de Silva questiona o que é ser português, quais os delineamentos da cultura portuguesa e de que forma fora construído o orgulho nacional. Por meio de tais questionamentos, o romance apresenta uma discussão sobre a nova configuração da cartografia sociocultural portuguesa, bem como a estranha sensação de deslocamento que parece acompanhar Portugal e permite entrever o desalento pessimista e angustiante que parece revelar que não há mais esperanças, apenas uma agonia que persiste nas palavras finais de Silva: “[...] o que sente, senhor silva. e eu repeti, angústia, sinto angústia” (p.250).

### **Referências Bibliográficas**

- 1] MÃE, Valter Hugo. **a máquina de fazer espanhóis**. São Paulo: Cosac Naify, 2011.
- 2] ROSAS, Fernando. O salazarismo e o homem novo: ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo. In: **Análise Social**, vol. XXXV (157), 2001, 1031-1054.

---

i **Leila RAPOSO, Prof<sup>a</sup>. Ma.**  
**Instituto Federal Baiano de Ciência e Tecnologia**